



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-SOCIOLOGIA

Maíza Pereira Conceição

Povos indígenas e a construção de suas representações étnicas

São Bernardo – MA

2022

Maíza Pereira Conceição

Povos indígenas e a construção de suas representações étnicas

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura de Ciências Humanas/ Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão-Campus São Bernardo, como requisito para a sua integralização.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

São Bernardo

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Conceição, Maiza Pereira.

Povos indígenas e a construção de suas representações
étnicas / Maiza Pereira Conceição. - 2022.

38 p.

Orientador(a): Ana Caroline Amorim Oliveira.

Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Humanas
- Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São
Bernardo, 2022.

1. Povos Indígenas. 2. Teorias Evolucionistas. 3.
Teorias Raciais. I. Oliveira, Ana Caroline Amorim. II.
Título.

MAIZA PEREIRA DA CONCEIÇÃO

POVOS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DE SUAS REPRESENTAÇÕES ÉTNICAS

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, Campus São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado(a) em Ciências Humanas/Sociologia.

Aprovada em: /08/2022

BANCA EXAMINADORA

(Presidente) Prof. Dr. Ana Caroline Amorim Oliveira
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

1º examinador Prof. Dr. Thiago Pereira Lima
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

2º examinador Prof^a. Dr. Amanda Gomes Pereira
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A Deus.

Aos meus pais, a família e ao amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus que tudo permite.

A minha família que sempre acreditou em mim.

Aos meus professores, em especial Professor Thiago Pereira Lima que sempre me deu apoio e forças para concluir minha graduação.

A minha orientadora, Professora Ana Caroline Amorim Oliveira que me auxiliou no percurso de escrita e evolução deste trabalho

A meus amigos e amigas que sempre estiveram presente comigo.

A minha irma Maria dos Anjos que me auxiliou durante toda esta caminhada

Ao meu namorado Fábio, que sempre me incentivou na universidade.

Gratidão ao meu grande Deus por estar sempre a frente de todas as coisas.

“O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda” (KRENAK, 2019).

RESUMO

Resumo: A pesquisa foi realizada com o intuito de compreender as interpretações e preconceitos atribuídos à imagem dos povos indígenas. Conceitos estes justificados e sustentados pelas teorias raciais. O trabalho procura compreender como as teorias raciais estiveram presentes na forma de controle da sociedade brasileira e no acesso às informações sobre os povos indígenas e africanos. O método que será utilizado na pesquisa é o exploratório, que consistirá na investigação do tema, pois parte de uma investigação sobre o assunto a ser pesquisado tendo como objetivo a formulação do tema central da pesquisa: levantamento e revisão bibliográfica a partir de autores (a) como Aníbal Quijano(2005), Lilia Moritz Schwarcz(1993), entre outros. A conclusão que se chega é sobre a noção particular de uma ideologia racista e colonial sobre os povos indígenas e noção.

Palavras-chaves: Povos indígenas, Teorias evolucionistas, teorias raciais.

RESUMEN

La investigación se realizó con el objetivo de comprender las interpretaciones y prejuicios atribuidos a la imagen de los pueblos indígenas. Estos conceptos están justificados y apoyados por teorías raciales. El trabajo busca comprender cómo las teorías raciales estuvieron presentes en la forma de control de la sociedad brasileña y en el acceso a la información sobre los pueblos indígenas y africanos. El método que se utilizará en la investigación es el exploratorio, el cual consistirá en la indagación del tema, ya que parte de una indagación sobre el tema a investigar con el objetivo de formular el tema central de la investigación: encuesta y revisión bibliográfica de autores (los) como Aníbal Quijano(2005), Lilia Moritz Schwarcz(1993), entre otros. La conclusión a la que se llega es sobre la noción particular de una ideología racista y colonial sobre los pueblos y nociones indígenas.

Contraseñas:Pueblos indígenas; teorías evolutivas; teorías raciales.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. AS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL	14
2.1. Fundamentos das teorias raciais.	17
3. IMPLICAÇÕES DO PODER COLONIAL COM RELAÇÃO A HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA.....	22
4. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS INDÍGENAS NO APARATO ESCOLAR.....	25
4.1 O papel do livro didático no aparato escolar.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa será realizada com o intuito de compreender as interpretações e preconceitos atribuídos à imagem dos povos indígenas, conceitos estes justificados e sustentados pelas teorias raciais. A partir destes problemas iremos questionar tais visões acerca dos povos indígenas que se constroem através do discurso escolar, dos livros didáticos e dos sistemas de ensino, iniciando-se com os jesuítas e outras ordens religiosas e de certa forma se mantém em boa parte do ensino de História nos livros didáticos, mas que ao longo dos anos foi sendo modificado através dos movimentos populares negros e indígenas que surgiam a fim de questionar a perspectiva equivocada que se mantinha sobre os povos originários.

O trabalho procurar identificar como as teorias raciais estiveram presentes na forma de controle da sociedade brasileira e no acesso as informações sobre os povos indígenas e africanos, que inseriam maneiras para que este modelo de dominação pudesse se instalar e se justificar de maneira naturalizada, universal e imutável.

Com este cenário ganhando força e trazendo ao longo dos anos lutas e reivindicações por parte destes povos outrora subjugados, tudo o que se pode entender sobre eles passaram por alterações e formulações equivocadas sobre suas culturas e etnias pela interpretação dos invasores, trazendo assim sérias consequências, dentre elas os mais variados preconceitos formulados sobre as culturas indígenas e africanas, questões estas atualmente ainda pendentes. O preconceito ainda existente e enraizado na cultura brasileira que nos permitiu olhar para estes povos de maneira racista. Iremos refletir sobre a imagem representativa e a transmissão das culturas indígenas no contexto escolar

Nesse debate a Antropologia¹ constrói um lugar de suma importância, pois procura esclarecer e conhecer os modelos explicativos sobre as informações que temos sobre outras etnias, outras culturas. O método que será utilizado na pesquisa é o exploratório, que consistirá na investigação do tema, pois parte de uma investigação sobre o assunto a ser pesquisado tendo como objetivo a formulação do tema central da pesquisa, e o levantamento e revisão bibliográfica a partir de autores (a) como Aníbal Quijano, Lilia Moritz Schwarcz, entre outros.

A apresentação do tema acontece em três momentos do trabalho. O primeiro capítulo aborda a interpretações equivocadas acerca dos povos indígenas devido as justificativas

¹ A Antropologia tem uma importância paradoxal, tem a atenção de públicos interessados pela etnologia como também fundamenta filmes e o repertorio cultural de grupos variados. A compreensão do homem e do mundo era responsabilidade de outras ciências com a Biologia, mas atualmente a antropologia ficou responsável por compreender o homem e sua relação como o mundo. “É dela também que se esperam as grades sínteses e ao mesmo tempo, razões de vida e de esperança.” (LÉVI-STRAUSS, 1961, p.21).

sustentadas pelas teorias raciais no Brasil, e como estas mantinham controle no que diz respeito às informações veiculadas. O segundo capítulo apresenta de que modo às teorias raciais estavam presentes no Brasil colonial impactando diretamente na história da América Latina no que diz respeito aos povos originários. O terceiro momento do trabalho aborda sobre as consequências dessas ideias no aparato escolar, ou seja, sobre a maneira como se ensina sobre os povos originários e, sobretudo quais informações são repassadas a respeito de sua cultura, e para isso o livro didático é de suma importância para esta análise.

2. AS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL

Desde a invasão dos portugueses ao Brasil em 1500 a imagem que eles construíram a respeito dos povos indígenas no território que se tornaria Brasil se deu de forma equivocada, errônea e preconceituosa. Tal perspectiva foi ensinada à sociedade brasileira fruto desse processo de colonização uma visão deturpada acerca dos povos originários que residiam nestes territórios. Tal visão sustenta preconceitos de sexo, raça, gênero, religioso, étnico, cultural, regional entre outros como visões naturalizadas sobre os indígenas, visões estas apresentadas de maneira universal e imutável.

Os povos indígenas² possuem uma ampla, vasta e complexa cultura, que teve inúmeras complicações e problemas desde o processo de colonização pelos portugueses a partir de 1500. A colonização, à escravidão, a vinda dos povos africanos para o território brasileiro construiu um cenário extremamente delicado de se analisar, mas que é muito necessário tal trabalho. Delicado pelo fato de ter marcado na história a destruição e violência em massa das culturas indígenas, e diversa pelo resultado da miscigenação e contatos de culturas étnicas diferentes. É neste ponto que vamos iniciar a discussão deste trabalho.

Lilia Moritz Schwarcz em “O Espetáculo das Raças” (1993) faz uma análise sobre algumas instituições brasileiras no final do século XIX que relatam a mentalidade de uma época em que o liberalismo político e o racismo cientificista propagavam a idéia de uma superioridade racial e declínio de uma sociedade mestiça que marcaram profundamente e por longas datas preconceitos construídos a respeito dos povos indígenas e africanos. Tais teorias eram oriundas das várias escolas darwinistas.

Em finais do século passado o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Um “festivo de cores” (Aimard, 1888) na opinião de certos viajantes europeus, uma “sociedade de raças cruzadas” (Romero, 1895) na visão de vários intelectuais nacionais; de fato, era como uma nação multiétnica que o país era recorrentemente representado. Não são poucos os exemplos que nos falam sobre esse “espetáculo brasileiro da miscigenação”. “formamos um país mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma” definia o crítico literário Silvio Romero, da Escola de Recife, ao comentar “a composição étnica e antropológicamente singular” da população brasileira (Romero, 1888,1949) (SCHWARCZ, 1993, p.11).

² “Estima-se que existam hoje no mundo pelo menos 5 mil povos indígenas, somando mais de 370 milhões de pessoas. No Brasil, até meados dos anos 70, acreditava-se que o desaparecimento dos povos indígenas seria algo inevitável. Nos anos 80, verificou-se uma tendência de reversão da curva demográfica por parte da maioria desses povos, embora povos específicos tenham diminuído demograficamente e alguns estejam até ameaçados de extinção. Na listagem de povos indígenas no Brasil elaborada pelo ISA, sete deles têm populações entre 5 e 40 indivíduos. Segundo o Censo IBGE 2010, ao mais de 305 povos indígenas somam 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país.” <https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3> acessado em 13/07/2021

Marcado pela miscigenação, o festival de cores deflagrou ao Brasil na perspectiva exterior a imagem de um país em processo de estagnação e declínio. No entanto, devíamos nos perguntar quais os elementos prejudiciais e inferiores a variação genética pode causar? O argumento de que a branquitude da raça brasileira era a única saída foi ensinado por meio de textos, imagens, pinturas etc. As visões naturalistas oriundas da Europa fundamentaram tais definições, e observaremos neste momento como ocorreu este processo.

Definir o que é branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade branca. Isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, se colam e se descolam umas das outras, dependendo do País, região, história, interesses políticos e época em que estamos investigando. Ser branco e ocupar o lugar simbólico de branquitude não é algo estabelecido por questões apenas genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. Portanto, a branquitude precisa ser considerada “como a posição do sujeito, surgida na consequência de eventos históricos e políticos determináveis (SCHUCMAN, 2012, p.22).

O conceito de branquitude abordado pela autora é entendido como uma posição que é ocupada por determinados sujeitos e que são privilegiados em aspectos de recursos materiais e simbólicos que foram gerados no período colonial e imperial e que atualmente são mantidos e preservados. Ao procurar entender e falar sobre a branquitude é necessário pensá-la como as suas estruturas e formas que a mantém, se construindo através de estruturas que mantêm as desigualdades raciais e são carregadas de formas de poder que produz efeitos consideráveis na sociedade brasileira.

Modelo de sucesso na Europa de meados dos Oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional. A entrada e aceitação dessas novas interpretações não significou, porém, uma ocorrência isolada. Com efeito, os anos 70 serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma intensa. De um lado, 1871 é um ano chave na desmontagem da escravidão, já que a lei do Ventre Livre anunciava a derrocada de um regime de trabalho havia muito arraigado (SCHWARCZ, 1993, p.14).

A década de 70 (1870) no Brasil foi marcada pela inserção das teorias raciais que anunciavam características, argumentos e conceitos com legitimidade científica a inferiorização das raças mestiças, indígenas e negras. Tal inferiorização foi construída em cima do elemento cultural, econômico e biológico, a comparação era o parâmetro de definição do Outro. Além deste fator, esta mesma época foi palco de um marco para o surgimento de várias idéias e conceitos brasileiros sobre o novo contexto social presente. Isto representava o fortalecimento e amadurecimento das idéias nacionais, institutos históricos e geográficos, estabelecimento de modelo próprio de análise crítica sobre o conhecimento.

Assim, no interior de tal contexto específico, será interessante indagar sobre a inserção e a recuperação dessas teorias raciais, e sobretudo sobre sua vigência contemporânea aos modelos liberais de atuação política e de concepção do Estado. Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificam, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular (SCHWARCZ, 1993, p.14).

A pauta em questão é a seguinte nessa obra o “*Espetáculo das raças*”, onde Lilia Schwarcz tenta entender a relevância e as transformações da teoria racial no Brasil nos anos de 1870 a 1920. A construção e a reconstrução de determinados conceitos antes sustentados pelas teorias raciais no Brasil analisam e interpretam o social brasileiro construindo assim os estereótipos, preconceitos e informações equivocadas sobre o africano, sobre o indígena e sobre a própria miscigenação. Em suas análises a autora tenta compreender como o “argumento racial” foi política e historicamente construído, assim como o conceito “raça” que além de sua definição biológica, recebeu também uma interpretação puramente social.

Neste sentido, Schwarcz tenta refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro na medida em que o percebe como um esforço de adaptação “ao modelo de sucesso europeu” no que diz respeito ao ideal satisfatório de civilização. As teorias raciais conseguem se expandir em solo brasileiro devido ao entusiasmo e boa acolhida da elite “pensante” nacional de várias instituições de importância no Brasil.

As personagens que integraram essas instituições são esses - hoje - 'obscuros homens de ciência' que, em finais do século XIX e do interior dos locais em que trabalhavam, tomaram para si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista e, utilizando-se dela, procuraram liderar e dar saídas para o destino desta nação. Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, esses intelectuais se moveram nos incômodos limites que os modelos lhes deixaram, haja vista que, naquele momento, indagar sobre que nação era essa significava, de alguma maneira se perguntar sobre que raça era a nossa ou, então, se uma mestiçagem tão extremada não seria um sinal em si de decadência e enfraquecimento. [...] Nas diversas instituições a discussão racial assumiu, naquele momento, um papel central, surgindo teses alternativas embora contemporâneas. Da *frenologia* dos museus etnográficos à leitura fiel dos *germânicos* na Escola de Recife, passando pela análise liberal da Escola de Direito paulista ou pela interpretação “católico-evolucionista” dos institutos, para se chegar ao modelo “eugênico” das faculdades de medicina, é possível rever os diferentes trajetos que uma mesma teoria percorre. O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e em enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seus esforços de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país (SCHWARCZ, 1993, p.18-19).

Neste sentido, o que foram as teorias raciais? No ano de 1870 iniciava-se de uma nova era, pois recentemente tinha ocorrido a assinatura da Lei do Ventre Livre³, que iniciava aos poucos o fim da escravidão e o início de um extenso debate entre as idéias europeias e os conceitos nacionais do Brasil emergentes na tentativa de combater a análise social do discurso evolucionista sobre os aspectos e elementos internos da sociedade brasileira.

2.1 Os Fundamentos Das Teorias Raciais

Teorias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo, o social darwinismo, começam a difundir-se a partir dos anos de 1870. Tais teorias passaram por algumas adaptações, e foi atualizado de acordo com o contexto social político brasileiro vigente. As teorias serviam de argumento de sucesso para definir os critérios de cidadania, para pensar o processo civilizatório para o país e, sobretudo legitimar as diferenças sociais da antiga ordem escravocrata. A autora Dalva Aparecida Silva (2010) aborda em sua obra um pouco sobre a formação das teorias raciais e sua propagação no Brasil.

Ocorre nesta época, um discurso evolucionista, a fim de analisar a sociedade, estabelecendo diferenças internas na população. Os negros, escravos e africanos passaram a ser “objetos de ciência”, se tornaram “classes perigosas”, sendo definido pela ciência como diferentes e inferiores, pois era a partir da ciência que se estabeleciam as diferenças e as inferioridades. Foi neste contexto de transição do trabalho escravo para o livre que as teorias raciais desenvolvidas na Europa começaram a penetrar no pensamento social brasileiro. Surgindo assim, o racismo como construção social baseado nos pressupostos científicos. E Juntamente com ele, surgem também os “cientistas” do pensamento social. Na Europa, surgem pensadores como: Joseph Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso. Juntamente com eles surgem no Brasil os “homens de ciência”, como: João Batista Lacerda, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna (SILVA, 2010, p.2).

Os “homens de ciência” fizeram parte da construção e dispersão da adoção dos modelos evolucionistas e o social-darwinismo, se concentravam apenas nos estudos nas interpretações de textos e manuais das teorias raciais, focando no positivismo e darwinismo. Os trabalhos destes homens apontam que as introduções das teorias raciais no Brasil não foram por acaso, foram adotadas de modo crítico e seletivo, como elemento de sustentação das hierarquias sociais já existentes no Brasil.

^{3 3} A **Lei do Ventre Livre** foi promulgada em **28 de setembro de 1871** após ser aprovada no Legislativo brasileiro. Uma das leis abolicionistas decretadas ao longo do século XIX para abolir gradualmente a escravidão no Brasil, ela **determinava que os filhos de escravizadas nascidos a partir de 1871 seriam considerados livres**. Essa lei criou dois cenários para dar liberdade aos filhos de escravas, e um desses cenários previa uma indenização aos senhores de escravos.

A construção teórica dos “homens de ciencia” representava a solução original aos problemas e ao destino do Brasil. A adoção destas teorias significava uma aproximação entre as ideias de “progresso e civilidade” desempenhada pelo mundo europeu, e este modelo serviria para aplicar ao Brasil. No entanto estas teorias serviram apenas como justificativa para alimentar a manutenção de práticas imperialistas e de dominação sobre o contexto das diferenças sociais no país. Sobre as teorias:

O Positivismo é uma doutrina do filósofo francês Augusto Comte (1798- 1857), na qual rejeita a metafísica (parte da filosofia que trata da natureza da existência, da verdade e do conhecimento) e fundamenta o conhecimento nos fatos. O Evolucionismo é a teoria que trata da evolução biológica das espécies, onde acreditavam que o ser humano teve seu início num estado primitivo e com o tempo se tornou mais civilizado. Esta teoria tem relação com o Darwinismo Social, no qual têm a sua origem na Teoria da Seleção Natural de Charles Darwin, autor do livro: Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural, publicado em 1859. Segundo o evolucionismo, os seres vivos (animais e vegetais) são resultados da evolução de organismos mais simples, que foram passando por transformações ao longo do tempo, até chegar ao que conhecemos. Além disso, estas teorias passaram a justificar as diferenças essenciais entre os homens. Os anos de 1870 foram, neste sentido um marco muito importante para o desenvolvimento das noções racistas (SILVA,2010, p.4).

Com a libertação dos escravos no século XIX algumas leis foram instituídas, entre elas, a Lei do Ventre Livre, assinada em setembro de 1871. Esta lei promulgava que todos os filhos de escravos nascidos no Brasil seriam livres, no entanto eles ficariam sob tutela dos senhores até os 8 anos de idade. A partir daí os mesmos senhores que ficaram responsáveis pela criação da criança deveria escolher uma indenização do estado no valor 600 mil-réis, ou colocar a criança para trabalhar até os 21 anos de idade.

Segundo Schwarcz a Lei do Ventre Livre representou uma espécie de fim do trabalho escravo que já estava sobre olhares que condenavam na perspectiva de outras nações. Tal questão representa que a Lei do Ventre Livre teve um papel importante na medida em que influenciava na organização do mercado de trabalho livre no Brasil naquele momento. Pois possibilitava aos escravos um maior desempenho num processo de mudanças, na medida em que continuava a existência de escravos até a solução final na implantação da mão-de-obra e a extinção legal da escravidão no Brasil.

Leis como estas eram vigentes até o momento da abolição final da escravidão, articuladas e justificadas pelas teorias raciais preparavam mantinham o cenário de escravos “libertos”, porém sem as condições e oportunidade de condições dignas de sobrevivência.

Durante o século XIX ocorreram várias transformações de cunho social, experimentos

científicos e inovações tecnológicas que alteram o espaço social não só do Brasil, mas do mundo como um todo. Nos mais variados experimentos científicos realizados, foram feitos alguns experimentos no cérebro humano, que deram origem a uma série de idéias e tratados sobre as diferenças sociais. Nessas idéias disseminadas os africanos foram designados como seres inferiores.

Arthur de Gobineau deu um grande impulso a esta teoria com seu livro: *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855). Meio século depois, este livro tornou-se a obra básica para a Fundamentação das Teorias Racistas Européias. No Brasil, poucos eram os intelectuais que tinham consciência do perigo representado pelas Teorias Racistas importadas da Europa. No início do século XIX, o termo raça foi amplamente introduzido na literatura mais especializada por George Cuvier (1769- 1832) quando mostrou as diferenças existentes entre os vários grupos humanos. Surge neste período também, um grande embate sobre a origem da humanidade, entre dois pensamentos antagônicos, de um lado estava o monogenismo, pensamento este baseado nos estudos bíblicos e na crença de um pai universal (Adão), onde o homem teria se originado de uma fonte comum, portanto a humanidade seria uma, sendo assim, os diferentes tipos de homem eram produto da maior degeneração ou perfeição do Éden, indo do mais perfeito ao menos perfeito, com uma maior ou menor aproximação do paraíso. E do poligenismo, que surge para contestar os dogmas monogenistas da igreja, e fortalecer uma interpretação biológica na análise do comportamento humano, que passam a ser visto como resultado das leis biológicas e naturais. Surgindo daí duas teorias para a interpretação da capacidade humana, a frenologia e a antropometria, levando em conta o tamanho e a proporção do cérebro de diferentes povos. Seguindo este modelo determinista surge uma nova hipótese: o “da natureza biológica do comportamento criminoso”, com estudos realizados por Cesare Lombroso argumentando que a criminalidade seria um fenômeno hereditário e, portanto altamente detectável nas diferentes sociedades (SILVA, 2010, p.7-8).

A partir destas questões os indivíduos foram divididos e classificados por elementos anatômicos, psicológicos e sociológicos. O dito “criminoso nato” carregaria características hereditárias, anomalias, e tais características eram associadas aos delitos dos indivíduos. Com a disseminação de informações como essa, a miscigenação no Brasil ficou definida como uma espécie de decadência e degeneração, sendo assim a maioria das pessoas era definida como pessoas com maior probabilidade a cometer crimes.

Nesse período Lombroso um dos maiores médico criminalista que se destacou no século passado, famoso mundialmente por seus estudos no campo da caracterologia, definiu a miscigenação como degeneração e a solução deveria ser o “influxo de sangue branco”, para evitar o despropósito dos crimes (SCHWARCZ, 1995,p. 170).⁴

⁴ Nesse sentido, Schwarcz destaca que com relação à representação do Brasil no exterior, não é possível se ter a ideia de um consenso sobre a miscigenação da raça, ser vista como um fator de atraso do país. Esta interpretação pessimista sobre o Brasil o definia como um país atrasado, e seu atraso eram sustentados pelas interpretações sobre sua etnia e raça.

Outra teoria que mudou o cenário de compreensão da organização social do povo brasileiro foi a obra “Origem das Espécies” de Charles Darwin (1859) o conceito de raça avança o biológico entra nas questões sociais político e cultural.

Surgindo o Darwinismo Social, com o uso de termos como: “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade”. O Darwinismo tenta justificar com isso o domínio ocidental. A mistura de raças passa a ser vista como um problema de “degeneração” advindo do cruzamento de “espécies diversas”. Para Gobineau a extrema fertilidade destes povos seria a causadora das características mais negativas das raças em cruzamento, portanto deveria ser evitada. Segundo ele a desigualdade das raças humanas seria em problema ligado à miscigenação e que o resultado desta mistura seria um grande dano. Em meados do século XIX, surge uma vertente pessimista sobre a miscigenação, pois segundo Arthur de Gobineau, denominado “conde Gobineau”, o Brasil era atrasado e degenerado por causa da existência de uma diversidade de raças (SILVA,2010, p.9).

Gobineau traçou um estudo com base na teoria do Darwinismo, afirmando com a variedade e a miscigenação das raças não seria possível inicialmente estabelecer um conceito de identidade para o povo brasileiro, e que estas mesmas características justificava o fracasso e o atraso do país. Gobineau a partir destas pontuações conclui em sua perspectiva um “perfeito ideal de raça”. Segundo ele, a noção de “perfectibilidade” era somente uma, a da raça ariana, os cruzamentos eram vistos como uma espécie de degeneração. E que os mestiços eram uma “sub-raça decadente e degenerada”

A teoria Darwinista baseia-se na ideia de que ao longo do tempo os organismos se modificam, e por meio da seleção natural os organismos mais adaptados ao ambiente teram maior chance de sobrevivência. Esta mudança é vista como evolução das espécies, e sobrevive o mais apto, estas características de melhor adaptação são transferidas as próximas espécies. Esta teoria reflete diretamente como base de análise não só do comportamento animal, mas para observar o comportamento das sociedades humanas pelos mais diversos pensadores e defensores das teorias racistas. Conceitos como competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade eram aplicados ás análises do comportamento social.

Com apenas estas ideias e algumas outras⁵, que não serão exploradas neste trabalho as teorias racistas trouxeram ao Brasil enorme impactos, noções e conceitos das quais fizeram

⁵ O conceito de Eugenia que também foi amplamente forte na época, cujo significado seria *eu: boa e genos geração* “Criada no século XIX por Francis Galton, a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um melhoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade. Essa proposição teve muito sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve por um longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias e racistas. No Brasil ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País (que seria de um ‘atraso’) e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação (MACIEL, 1999, 121).

e fazem parte da construção da verdade sobre a história do povo brasileiro e sobretudo sobre as etnias indígenas e africanas. Sobre este período a síntese é a seguinte: Para os cientistas da época a casta negra, é o atraso; a branca o progresso e a evolução, e é através da raça que se determinam os destinos de um povo, da nação (SILVA, 2010, p.15).

3. IMPLICAÇÕES DO PODER COLONIAL COM RELAÇÃO À HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Com todas as questões pontuadas aqui no texto sobre a construção e o impacto das teorias raciais na história do Brasil e, iremos refletir sobre os impactos da ideia de raça na classificação social da população brasileira, e a construção mental desta que expressa e justifica a dominação colonial sobre as etnias colonizadas.

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p.117).

O conceito de raça foi amplamente difundido no contexto colonial do Brasil, tal definição construiu uma espécie de formação das relações sociais do povo brasileiro. Nomes definidos antes por contexto geográfico como espanhol e europeu adquiriam conotação racial, ou seja, passaram a representar identidades. Na medida em que se construía essas identidades também se construía as hierarquias sociais, associadas a lugares, papéis sociais e etc. e na configuração desta classificação ficava explícito as relações de dominância de algumas etnias sob outras.

No decorrer deste processo a cor e os traços fenotípicos também foram categorias e características na definição de raça. Durante essa classificação a maior parte dos indivíduos colonizados e oprimidos possuíam as categorias raciais de classificação negra. Neste sentido, o termo raça serviu como legitimador das condições de dominância e conquista dos povos intitulados brancos contra negros e os povos indígenas.

A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro

igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p.118).

Todas estas maneiras de categorização e hierarquias das etnias pelo termo raça estiveram associadas a outro fenômeno, as formas de controle e exploração do trabalho. A escravidão esteve associada, a servidão, a produção mercantil e a articulação do salário, consagrando-se assim novas historicamente novas formas de controle e não apenas extensão de elementos históricos passados. Amplamente surgiram métodos organizados para a produção de produtos para o mercado mundial, instalando por todo o território mundial, ajustando assim tudo e todos numa espécie de ordem global de controle, com o eixo principal, o capitalismo mundial. Esse novo modelo econômico e inevitavelmente modelo de organização social associa as novas identidades a lugares e papéis desempenhados dentro da categoria de trabalho.

Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. Na área hispânica, a Coroa de Castela logo decidiu pelo fim da escravidão dos índios, para impedir seu total extermínio. Assim, foram confinados na estrutura da servidão. Aos que viviam em suas comunidades, foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade –isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado– como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. Em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam à nobreza. Por outro lado, os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar (QUIJANO, 2005, p.118- 119).

Assim, Quijano procurar demonstrar como a forma de controle de cada sociedade e de cada povo esteve ligada a ideia de raça, ao mesmo trançado maneiras para que este modelo de dominação pudesse se instalar e se justificar de maneira naturalizada, universal e imutável. A escravidão dos povos indígenas neste sentido reforçou tais parâmetros, pois a mesmas existe desde os primeiros períodos da era colonial, sobretudo nos anos de 1540 a 1570, e até o final do século XVIII está praticada ainda perdurava.

Com este cenário ganhando força e trazendo ao longo dos anos lutas e reivindicações por partes destes povos subjugados, tudo o que se pode entender sobre eles passaram por

alterações e formulações equivocadas sobre suas culturas e etnias pela visão que tinha os europeus, trazendo assim sérias consequências, dentre elas os mais variados preconceitos formulados sobre a cultura indígena e africana, questões estas atualmente ainda pendentes.

A mão-de-obra indígena utilizada inicialmente na extração do pau-brasil, era de alguma forma “recompensada” através do escambo, trocas de alguns objetos, no entanto posteriormente os indígenas começaram a serem capturados e colocados para trabalhar em lavouras ou na coleta das “drogas do sertão”. Naquele momento os escravos africanos custavam mais caros aos donos de engenhos, que passaram a escravizar em massas os povos indígenas. Uma prática bastante utilizada era a prática de comprar de prisioneiros de conflitos entre as tribos que guerreavam.

A mão-de-obra indígena neste sentido era necessária que os donos de engenhos pudessem manter seus negócios.

No Brasil, a escravização de indígenas no período colonial foi marcada pela inconstância quanto à legalização desta prática, tendo produzido efeitos tanto sobre as populações indígenas quanto na própria constituição das sociedades e economias coloniais. A prática da escravização de índios por bandeirantes na São Paulo colonial (séculos XVI e XVII), de acordo com John Monteiro (1994), demonstrou como a ilegalidade fez parte da formação das estruturas sociais e da elaboração de uma mentalidade escravista [...] À apropriação ilegal da mão de obra indígena somava-se a expropriação de suas terras; conjugados, os dois processos aumentavam as chances de esses despossuídos serem obrigados ao trabalho em condições desfavoráveis. Perante essa situação, as populações indígenas buscaram caminhos diversos para garantir sua liberdade, fosse pelo uso constante dos artifícios legais, reclamando às autoridades nas Câmaras, presidências provinciais e na Corte, ou através da adesão ao projeto de aldeamentos (DORNELLES, 2018, p. 103).

Os impactos dessa escravidão e da visão preconceituosa oriunda das teorias raciais fez com que se promovesse o excesso de preconceitos ainda existentes e enraizados na cultura brasileira que nos faz olhar de certa forma para estes povos de maneira errada. Dessa forma, iremos refletir sobre a imagem representativa e a transmissão das culturas indígenas no contexto escolar, que se torna até então o importante veículo de informação, formação e aprendizado escola, e cultural sobre a história humana desde as mais antigas datas até as atuais.

4. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS INDÍGENAS NO APARATO ESCOLAR

A partir das questões apresentadas nos tópicos anteriores iremos questionar a imagem desses povos que se constroem através do aparato escolar, dos sistemas de ensino, que inicia com os jesuítas e de certa forma se mantém em boa parte do ensino de história nos livros didático, mas que ao longo dos anos foi sendo modificado através de debates e questões que surgiam em prol de questionar a perspectiva equivocada que se mantinha sobre os indígenas. Nesse debate, a Antropologia, como já citado tem um importante papel.

Segundo Darcy Ribeiro, “indígena” é, no Brasil de hoje, essencialmente, aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Assim, o índio é aquele que pertence a uma etnia diferente da nacional, identifica-se como índio e é assim reconhecido pelos demais segmentos da sociedade. Tanto no passado como no presente, é uma expressão depreciativa, sendo muitas vezes etnocentricamente substituída por “selvagem” “pagão” (no sentido de não cristianizado). Nas primeiras décadas do século XVI, eram tidos pelos colonizadores como seres subumanos, desprovidos de alma, estando mais próximos dos animais. Sua dignidade humana só foi restabelecida após 1537, quando a bula do Papa Paulo III os reconheceu como “verdadeiros homens livres”. Analisando as Constituições brasileiras, percebe-se que foi somente na de 1934 que apareceu pela primeira vez a proteção aos índios, sendo, naquele texto, denominados “silvícolas” (ESTRADA, 2013, p. 208).

Neste sentido, com este trabalho poderemos perceber inicialmente a questão do ensino-aprendizagem dentre do Ocidente aparenta ser um meio único, universal, abrangente, e por isso devemos conhecer que narrativa e que imagem se passa no âmbito educacional sobre os povos indígenas, se estão sendo apresentada a estrutura econômica, religiosa, educativa destas sociedades, e que este processo ensino- aprendizagem pode se dar de formas diferentes a partir de meios diferentes e com pessoas diferentes. Assim, iniciamos o debate pelo papel a respeito do livro didático dentro do processo de transmissão do conhecimento.

O livro didático tem por função a formação ou o modelamento de como o indivíduo interpreta o mundo, a concepção de mundo de todos os povos são diferentes, todos os povos tem seu modo próprio de conceber a “verdade”. Segundo o texto *“Renovação da História da América”* (2012), nós somos formado com os valores da tradição que estamos inseridos:

Somos formados e construídos como sujeitos que devem dizer “a verdade”, conceito carregado de efeitos morais e políticos. Tendemos a ler com esse mesmo tipo de posicionamento: Mascaramos ou protegemos problemas e incertezas, impedindo que outros vieses e outras “verdades” sejam trazidos à luz. O leitor é, normalmente, coagido a consentir com essa moral.

(KARNAL, 2012, p. 144).

A ideia de verdade, no caso referente é relativa, apresentadas e obtidas pelo sujeito através de imposição política, esses valores são passados ou propagados através dos livros didático de historia, tem-se que:

Analisar o livro didático como fonte de inculcação de valores, [...] o processo de inculcação de valores é realizado por uma ação metódica e racional denominada de ação pedagógica, cuja função seria a inculcação de um arbitrário cultural fundamental para a manutenção da ordem social. Nesse sentido a ação pedagógica desenvolveria um intenso processo de imposição cultural marcado por uma violência simbólica responsável pela legitimação e retificação da cultura dominante (JÚNIOR, 2015, p. 18).

As visões sobre os povos indígenas, que é nosso foco, na maioria das vezes são retratadas por livros didáticos de historia através de uma visão vitimizada como apresenta a tradução de escrita cientificista, nesta escrita “não é difícil encontrar, nos livros didáticos, expressões como “Conquistadores e Conquistados”“. “Europeus determinados para enfrentar os mares desconhecidos” opondo-se a índios entregues ao “mais desolador sentimento de apatia” diante das doenças encaradas como castigos dos deuses [...] “a superioridade das armas dos conquistadores sobre o equipamento de guerra dos nativos”: armas de fogo e aço em oposição a arcos, pedras e flechas (KARNAL, 2012, p. 147).

O livro didático de historia é a base valorativa de muitas pessoas, pois na maioria das vezes é o único livro que tem acesso durante toda a sua vida. Tendo em vista que o livro referente tem a função de manter a ordem através da inculcação de valores observa-se a importância e a complexidade deste mecanismo, assim faz-se necessário ter cuidado do que se fala e como se transmite o conteúdo no ambiente escolar, para que não apresente uma visão distorcida de acontecimentos históricos.

À vista disso percebemos, que o povo brasileiro é formado por diversidades étnicas, os povos Indígenas, os europeus e o povos africanos, mas há de forma verídica uma acentuação de uma hierarquia, tendo por dominante a cultura lusitana. Considerando as informações acima como podemos falar de nação uma união étnica formada a partir da coerção e imposição cultural que visa à padronização das demais?

Com leitura do texto *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil* (1995) do autor Darcy Ribeiro, observamos uma perspectiva antropológica sobre a formação do povo brasileiro, e a partir destas ideias iremos destacar a relação existentes do transmitir essas

informações pelo livro didático, visto como principal veículo de informações sobre a conjunção étnica brasileira dentro do ambiente escolar, que tem como princípio uma construção imagética que demonstra simplesmente uma relação de poder.

A população brasileira é formada por três grupos étnicos: os povos indígenas, os povos africanos e os povos europeus. Os povos indígenas segundo dados da FUNAI (2010) em uma conjuntura formavam um contingente populacional que era calculado cercar de 7.000.00 habitantes que se distribuíam em aproximadamente 1.000 povos distintos e que habitavam em sua grande maioria no litoral do país e a outra parte eram distribuídas nas demais regiões.

Em 1500 vieram para as terras indígenas os europeus, este foi responsável pela dizimação de grande parte dos povos indígenas, em seu primeiro momento através das doenças e pelo choque cultural e em seu segundo momento através das armas. Quando o domínio europeu já estava estabelecido de forma mais sólida, vingou nas capitâncias hereditárias o primeiro ciclo econômico do país, o ciclo do açúcar, este foi o principal evento que propiciou a introdução do terceiro grupo étnico no Brasil os povos africanos, formando assim a chamada nação brasileira.

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná- Paraguai. Podemos distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população: os tupis-guaranis e os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa dos tupis e dos guaranis, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua (FAUSTO, 1996, p.20).

O principal problema destacado na obra de Darcy Ribeiro é a idéia de nação, como se pode chamar de nação a junção de três grupos étnicos⁶ de igual importância para a formação do Brasil se eles são ressoados na história e no senso comum de forma hierárquica e

⁶ Enquanto uma categoria de pessoas que se identificam mutuamente através de uma ancestralidade, língua, história ou partilhas comuns. “O conceito de etnia traz à baila as noções do universo cultural que cerca o indivíduo, o fazer parte de um grupo étnico não significa somente, ou necessariamente, ser possuidor de fatores morfológicos como cor da pele, constituição física, tipo de cabelo, nariz, estatura ou traço facial. O conceito de etnia, aplicado nesse sentido, avança na intenção de compreender a dimensão sociocultural e as experiências semelhantes que ligariam indivíduos, povos e sociedades no mesmo grupo” (SILVA; SOARES, 2011, p. 108).

discriminatória? Tento como principal dominador a cultura europeia, sita Ribeiro (1995, p.20):

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrario, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdade étnicas próprias e disputas de autonomia frente à nação.

A postura adotada no fragmento de Darcy Ribeiro demonstra o esclarecimento sobre a preocupação aqui expostas, o que chamamos de nação brasileira é a fusão de varias etnias, assim com isso era para ocorrer uma abundância cultura, mas ocorreu apenas uma padronização cultural. Esta padronização é reproduzida no senso comum e mais assiduamente no livro didático. O objetivo de Darcy Ribeiro não é fragmentar o conceito de nação, mas sim trazer em relevância as demais etnias que foram e estão mascaradas e marginalidade na estrutura impositiva da cultura europeia.

Levando em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) enquanto um documento de caráter normativo, que define e orienta o conjunto de medidas, processos, e métodos de ensino aprendizagem dos alunos, que tratam sobre os recursos e materiais pedagógicos dentro das modalidades e etapas da educação básica, possui um papel importante no que condiz ao conteúdo de formação de milhares de cidadãos.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva ([acessado em 10/05/2022, portal.mec.gov.br](https://portal.mec.gov.br)).

Como visto a BNCC possui o caráter primordial e agenciador e direto na aplicação dos conteúdos nas escolas e a forma como os profissionais serem orientados na aplicação do mesmo. Tendo em vista tudo o que foi pontuado no início deste trabalho, a respeito das teorias raciais no Brasil e nas consequências destas para a compreensão da matriz histórico-cultural

do nosso povo necessita-se falar que só por meio das Leis 10.639⁷, de 2003 e 11.645⁸ de 2008 aconteceu inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação básica e superior brasileira, demarcando assim um período de grande importância para a sociedade brasileira.

No Brasil predomina um imaginário étnico-racial que privilegia a branca e valoriza principalmente as raízes europeias da nossa cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras que são a africana, a indígena e a asiática. A cultura e o padrão estético negro, africano e indígena convivem, aqui no Brasil, de maneira tensa com o padrão estético e cultural branco europeu. Assim convivemos com ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. [...] Há uma década estamos vivenciamos um momento em que a educação brasileira busca valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo afrodescendente e indígena, buscando assim reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. Esta inclusão nos currículos da educação básica e superior amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Evidencia-se que esse momento é de relevância não apenas para a população negra, mas também a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, sendo capazes de construir uma nação democrática. (BORGES, 2010, p.1).

Além de quebrar o olhar etnocêntrico a respeito da história do Brasil, trata-se de valorizar devidamente a história e a cultura do nosso povo afrodescendente e indígena. Além da ampliação dos currículos que demonstram a diversidade cultural, racial, social e econômica do Brasil, as Leis objetivam outras propostas de implementação das Leis de forma interdisciplinar; e, finalmente, será apresentada a proposta de ensino multicultural na LDB-colocar por extenso e PCNs-colocar por extenso.

A escola possui um lugar importante no que condiz a atribuição de sentidos e significado na construção de identidades sociais, neste sentido o conhecimento que circula e os alunos que apreendem exercem influência direta no mundo social, por isso o discurso do professor se torna fundamental nesse processo, tanto para construir, quanto para desconstruir. E sobre a questão dos povos indígenas por tudo o que foi apresentado neste texto mostra que essa questão quase sempre se dá de forma equivocada.

Um desses equívocos – que muitos livros didáticos se encarregam de divulgar – diz respeito ao “descobrimento”, por parte de Portugal, de nosso país. Na verdade, não

⁷ Trata da obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo das escolas da rede municipal de ensino.

⁸ A lei 11.645/08 regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

poderíamos chamar de descobrimento o que foi, de fato, uma invasão, uma ocupação forçada, por parte dos europeus, de terras já habitadas. É necessário que os livros didáticos ajudem os alunos brasileiros a conhecerem a história real de seu país [...] Um outro equívoco no que diz respeito aos povos indígenas que habitam o nosso país é a forma como nos referimos a eles. Embora seja possível, algumas vezes, fazer certas generalizações, pois, afinal, esses povos compartilham o fato de terem uma origem pré-colombiana e de terem em comum uma história traumática de contato com a sociedade nacional, não podemos nos esquecer de que eles diferem entre si de forma significativa. Entretanto, o que é quase sempre apresentado aos alunos, pelo livro didático, é um “índio genérico”: esconde-se, de uma só vez, a cultura e a história de cada um desses povos (ARAUJO; FARIA; FRANÇOZO; MAHER; SOUSA; 2007, ano, p. 148).

Os estereótipos construídos através do livro didático nos passam a imagem de indígenas tidos na perspectiva cristã e europeia seres “satanizados”, desprovidos de características que os possam considerar civilizados, definidos como seres selvagens e agressivos, por outro lado a ideia de que seja o “bom selvagem” ingênuo, ambas as definições são errôneas e equivocadas.

Assim, seria importante que os livros didáticos contribuíssem para a desconstrução da imagem de “índio genérico” e considerasse as implicações da diversidade no interior do Brasil indígena. Segundo OLIVEIRA (2002), os livros didáticos não podem ser vistos como artefatos “inocentes” ou banais quando se pensa no modo como eles representam o “outro”, pois essas representações envolvem uma questão de poder. Quando se fala no “outro”, o discurso vem sempre carregado de generalizações e, por ser construído por quem têm o poder, esse discurso é considerado seguro, estável e inquestionável (ARAUJO; FARIA; FRANÇOZO; MAHER; SOUSA; 2007, p. 149)

A maior parte dessas definições equivocadas acontece por causa da generalização que se faz das características individuais como universais, o que é de si acaba sendo usado como parâmetro para se observar o outro, e aquilo que é diferente acaba sendo inferiorizado, ignorado e menosprezado.

Os sujeitos tidos como diferentes são considerados, quase sempre, como inferiores, levando a crer que a diferença é algo ruim, desinteressada; os grupos sociais que fogem aos padrões da sociedade dominante tendem a ser vistos como estranhos, esquisitos, inferiores. E é assim que os povos indígenas vêm sendo retratados no discurso pedagógico. Ocorre que o “respeito à diversidade” passou a fazer parte desse discurso nos últimos anos. Com a intenção de verificar se houve modificação no modo como a questão indígena é tratada no livro didático, examinamos uma série didática de Língua Portuguesa atualmente utilizada nas escolas brasileiras (ARAUJO; FARIA; FRANÇOZO; MAHER; SOUSA; 2007, p. 149)

4.1 O Papel Do Livro Didático No Aparato Escolar

A análise do livro didático é uma tentativa de verificar a adequação real e verídica a respeito dos povos indígenas, para que o aluno possa de compreender da forma mais realista

possível sobre o conteúdo. O livro didático é um objeto pedagógico que contém métodos e condições de ensino, o livro tem estruturas e técnicas de aprendizagem. O discurso em si apresentado no livro didático pode ser considerado um dispositivo de controle, e também uma concepção de mundo expressada.

A Lei 11.645/2008 objetiva contribuir para a construção de uma educação que valorize as relações étnico-raciais no sentido do resgate das identidades, incentivando o respeito entre os grupos que compõem a nossa sociedade e o questionamento do mito da 'democracia racial'. O acréscimo da temática indígena não implica apenas o acréscimo de conteúdos, mas também novas abordagens, novas metodologias, novos objetos na História ensinada. Em síntese, implica uma História que rompe com a tradicional visão eurocêntrica e propõe a desconstrução de estereótipos. Este estudo destaca os efeitos da Lei 11.645/2008 no livro didático e sugere como este pode ajudar na construção das identidades, fortalecendo os vínculos identitários dos estudantes e contribuindo para uma maior alteridade (SILVA, 2012, p. 151).

É necessário que em torno do debate sobre os discursos contidos nos livros didático se destaque a questão da diferença, é importante pontuar a existência da diversidade étnico-cultural dos povos indígenas.

O livro didático analisado é o publicado pela editora FDT e organizado pela Joelza Ester Rodrigues, que tem por título *História em Documento: Imagem e Texto* (2002) público alvo 6ª série do ensino fundamental maior, este apresenta o conteúdo de extremidades europeias, uma vez que suas unidades referem-se diretamente a história da Europa, assim como assinaladas as seguintes unidades:

I – A Europa Medieval e o oriente

II – A expansão marítima e comercial

III – A Europa Moderna

IV – Colonização do Brasil

Não se sabe ao certo as intenções de reproduzir de imediato dentro do âmbito escolar brasileiro a história da Europa, pois se faz necessário reconhecer antes a história do Brasil ou as narrativas pré-coloniais. A consequência que pode vir a surgir por essa exposição apresentada no livro referido é a desvalorização da cultura brasileira e a supervalorização da cultura europeia.

Um dos principais motivos que possa vir a propiciar tal valorização é a vertente de pensamento da editora ou da organização. O título do livro *História em Documento: Imagem*

e *Texto* (2012) Domingues apresenta as características da corrente positivista, pois valoriza documentos escritos e não consideram narrativas ou relatos que não sejam legitimados juridicamente, uma vez que a tradição oral é maneira de encontro e repasse da cultura destes povos.

O conteúdo demonstrado no livro é iniciado através de uma descrição do período feudal, mostrando o surgimento inicial da Europa. Em seguida, as análises se voltam para as expansões marítimas destacando as novas perspectivas que estavam surgindo: descoberta de novas terras, fortalecimento dos Estados-nações, expansão europeia, etc; na unidade III inicia-se discursos voltadas para as questões modernas: visão do homem, arte renovada, revolução científica, estado moderno e outros; unidade IV aborda a descoberta do Brasil e a influência da Europa no mesmo.

A Europa é apresentada através do livro didático como um conceito fluido no tempo, uma vez que as descrições encontradas são de cunho cultural e não se fixa em demonstrar a formação da Europa enquanto território suas implicações rodeiam as conquistas europeias, assim como demonstrado por Rodrigues:

O melhor exemplo da renovação cultural dos séculos XV e XVI ocorreu nas artes plásticas. Pintores, escultores e arquitetos romperam com a arte medieval, utilizando novas técnicas e novos estilos. Inspiraram-se nas criações dos antigos gregos e romanos e por isso, sua arte foi chamada de “renascimento” (RODRIGUES, 2001, p.154)

Esta passagem como em várias outras encontradas no livro mostra o interesse em tentar representar a cultura europeia como o marco formador da Europa, em alguns momentos como na unidade II e IV é apresentado com evidência o teor econômico, mas é apenas uma simples contribuição para cultura europeia, não tem muito destaque. O elemento que se apresenta como mais relevâncias após os eventos culturais são os conflitos e conquistas da Europa, e que se encontra em três das quatro unidades, I, II e IV. O que fica implícito de certa

maneira é que a cultura europeia é ou foi derivada e construída através dos conflitos existentes.

Em suma, o livro didático *História em Documento: Imagem e Texto* (2012), de qual autor/a? inicia o surgimento da Europa no período feudal, e fundamenta seu surgimento nos conflitos históricos, sua base teórica se constrói em termos culturais elucidado em alguns momentos um teor econômico, mas somente enquanto complemento cultural. Somente no tópico final reservar-se espaço para se falar dos povos indígenas e africanos. As informações sempre giram em torno da colonização, o que de certa forma não fala em si sobre a cultura deles e sim como esta foi roubada e massacrada.

Com a leitura do texto de Florestan Fernandes (1976), de Pierre Clastres (2013), Lévi- Strauss (1961), entre outros autores, compreendemos sobre como determinadas sociedades indígenas mantêm seu modo de vida e organização, eles demonstram como se estrutura estas sociedades de forma econômica, social, seus ritos e a educação que assegura a herança cultural e memória daquele povo. Dentro desta temática é possível falar do processo de ensino-aprendizagem entre esses povos na qual são mencionados nos textos. Com estes autores aprendemos de fato sobre a cultura dos povos indígenas evitando assim más interpretações ou preconceitos.

Inicialmente é preciso compreender que esta educação não está dissociada da vida deles com um todo, existem dentro destas sociedades funções determinadas para pessoas determinadas, mas isto não quer dizer que há uma ideia de patamares alto e baixo, ou até mesmo que o que se aprende enquanto criança até a vida adulta não terá relação nenhuma com vida cotidiana, falando assim pensando no sentido que é a educação ocidental que se expressa diferente da educação destes povos.

Com base na leitura de Florestan Fernandes no texto “Aspectos da Educação na sociedade Tupinambá” (1976) é possível perceber, que esta sociedade se organiza com base nos princípios tradicionalista, sagrada e fechada de ordem tribal. E que tudo que fazem durante suas atividades e rotinas do dia-a-dia são tornadas princípios que asseguram sua herança e memória.

E que “no fluxo da existência cotidiana, nada deve constituir “problema para o grupo”, senão as ocorrências que escapam totalmente aos controles desenvolvidos socialmente sobre a natureza, as relações dos homens entre si ou a comunicação deles com o sobrenatural” (FERNANDES, 1976, pg.63).

Compreendendo o que coloca Florestan Fernandes com esta citação podemos prosseguir apontando Pierre Clastres, Clastres em seu texto “O arco e o cesto” (2013)

objetiva uma crítica com relação à necessidade de um estado dentro daquilo que chamamos sociedades civilizadas, ou com a própria ideia de evolução.

Percebe-se que a educação dos Tupinambás é complexa, bem elaborada, estruturada e organizada e que retirar a ideia de algo antigo ou fraco. E a educação, modo de vida econômica, e religiosa dos Guayaki que Clastres apresenta também é bem estruturada, tem suas diferenças, problemas, elementos que fundamentam sua existência, e que assim como os Tupinambás a educação daquele povo começa enquanto criança até a fase adulta onde se encontra agora a desempenhar outras funções em colaboração com o grupo.

Durante muito tempo acreditou-se que a cultura poderia identificar o grau de relevância de cada sociedade, pensar dessa forma é desmerecer todos os aspectos culturais criados por cada sociedade. A cultura, não é um elemento natural, é algo criado pelo homem e se modifica de acordo com a necessidade de cada grupo social.

Segundo Clifford Geertz (1989), a cultura é um elemento público, característico de cada sociedade, sendo considerado uma recriação, (como já citado anteriormente), encontra-se em processo de transformação, portanto, não existem meios que possam classificar essa ideia etnocêntrica de qual cultura é mais importante, visto que, cada sociedade possui sua importância no âmbito social e no processo “identitário” do indivíduo.

[...] Procurar o comum em locais onde existem formas não-usuais ressalta não, como se alega tantas vezes, a arbitrariedade do comportamento humano [...], mas o grau no qual o seu significado varia de acordo com o padrão de vida através do qual ele é informado. Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (GEERTZ, 1989.p.24)

Para que se possa compreender as transformações que ocorrem dentro de uma sociedade, é necessário analisá-la ao todo, sem reduzir aquilo que o torna único, particular. Mas, perceber que através dessas diferenças entre sociedades nos aspectos culturais seja a porta de entrada para compreender todo o processo educacional que permeia o indivíduo desde o seu nascimento, podendo observar as transformações que ocorrem. Pois, a todo momento a sociedade sofre uma mutação que muda sua vivência desde aspectos sociais, econômicos e até culturais que se encontram associados com as relações de poder que acontecem a todo momento nas sociedades.

Uma mudança nas relações de poder de tantos e tão diversos grupos acarreta inevitavelmente um sentido geral de incerteza em muitas pessoas que são colhidas no torvelinho de mudança. O código convencional que rege o comportamento entre grupos, que estava afinado em função de uma ordem hierárquica mais rígida, deixou de corresponder às relações reais de seus membros. [...]. Com uma transformação das relações de poder como tal, o problema de identidade social

também se tornou muito mais explícito do que numa sociedade onde o ritmo de mudança é tão acelerado. Com a crescente insegurança de status e uma também crescente busca de identidade. (ELIAS,1997. Pg.37)

A citação de Nobeert Elias nos permitiu compreender o que está sendo colocado, que a sociedade enfrenta constantemente momentos de mudanças e transformações e sabe-se que os próprios indivíduos são os que constroem, dá forma e mantêm as configurações sociais baseadas em teias ou cadeias de interdependências, firmadas a partir do momento em que duas ou mais pessoas interagem socialmente. É perceptível que as formações sociais resultantes de um processo de autocontrole, representando uma importante mudança de caráter individual e também nas relações.

[...]. À primeira vista, talvez pareça paradoxal que esse processo de informatização, essa emancipação da coação externa de um ritual social predeterminado, faça maiores exigências ao mecanismo de auto coação de cada participante individual. Requer dos parceiros que se testem a si mesmos e uns aos outros em suas relações mútuas e, assim fazendo, não podem contar com ninguém exceto eles próprios, seu próprio discernimento e seus próprios sentimentos. (ELIAS, 1997. Pg.46)

Nesse ponto, Elias afirma que o processo civilizador, internaliza comportamentos sociais nos indivíduos, através de ações coercitivas, estabelecendo modificações profundas no mesmo, o qual concebe suas atitudes, emoções e personalidade como algo natural e constituinte do indivíduo, fazendo-o perder a consciência de que sua constituição psíquica e emocional faz parte de um longo processo de transformações nas relações sociais no percurso da história.

Ao discutir a relação entre a construção dos símbolos, ações, valores e representações das diferentes sociedades colocamos em cheque a ideia de essência ou verdade universal estabelecida para todos, uma vez que, a cada sociedade existe uma forma de socialização distinta, que compreende métodos variados e com suas respectivas complexidades, o que abriu ao debate, do que seria normal para uns, poderia não ser norma para outros, e assim sucessivamente, ideia essa que rompe ferozmente com a noção de “normalidade”.

Partindo das obras de Geertz (1989) podemos notar que há inúmeras teorias antropológicas que defendem ser o homem resultado das transformações a que foi submetido. Entretanto como podemos ver ao longo desse trabalho, o ser humano pode ser um completo enigma para um outro ser humano. Por esse motivo, há também a busca acerca do que pode ser interpretado, nos relatos etnográficos, e por isso atualmente existe uma grande cautela em explorar o inconsciente através das ações reais como manifestações de ações conscientes, porque podemos saber o idioma de uma sociedade mais não conhece o significado de determinadas ações acompanhadas por essas palavras.

Desse modo, é nítido entender que, embora seja necessário a utilização de teorias para se compreender uma sociedade, é preciso também não cair em excessos, Geertz (1989) enfatiza em suas obras, que teóricos tentam encaixar todo e qualquer estudo em conjeturas vistas como “modelo”, como se o real estivesse sendo modelado para se adequar aos seus objetivos. Embora essas teorias, não passem de meras narrativas comparadas aos incríveis fatos reais, assim, as teorias necessitam “sobreviver intelectualmente” e não sobreviver alimentando-se do passado.

Por isso, o ponto inovador é a necessidade de conhecer e resgatar a cultura dessas sociedades tradicionais, estas que foi ocultada pela dita racionalidade ocidental, que bloqueou a percepção identitária, colocando em seu lugar esse viés universalizante. Posto que, é através do conhecimento dessas variadas representações sociais, que se torna viável compreender a visão sobre si e do outro, que constroem os significados imprimidos na noção do “Eu”, este mesmo eu que se desenvolve totalmente, mesmo compartilhando em coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que para chegar ao objetivo de esclarecimento étnico brasileiro, sobre as demais etnias que são marginalizadas e que são tratadas de forma estigmatizadas e vivem envoltas em um véu de preconceito, precisa-se repensar de forma reflexiva os meios de divulgação das informações, pois tem-se em vista que é através destes meios que falsidades se tornam verdade e verdades se tornam falsidades, assim também divulga-se a opiniões sobre as etnias de matriz africanas e indígenas, opiniões estas que não nada favoráveis a qualquer etnia que não seja de matriz europeia.

Um dos principais meios de divulgação destas informações é o livro didático, pois ele é muitas vezes o único livro que a população brasileira tem acesso em toda a vida, esta situação é muito complexa, pois o livro didático cria opiniões que se cristalizam ao passar do tempo e o grande problema desta situação é que emite o conteúdo deste material. É perceptível que em boa parte do século XX a educação brasileira era voltada para reproduzir a ordem europeia, conseqüentemente carregada de um teor eurocêntrico e discriminatório. Assim, para alcançar o objetivo almejado faz-se necessário repensar os meios educacionais, pois ela é uma das principais formas de reprodução de uma determinada ordem existente.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Shirley Pereira; FARIA, Fabiane Dalben de; FRANÇOZO, Juliane; Maher, Terezinha de J. M; SOUZA, Fernanda Oliveira. **A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO**. LÍNGUA, LITERATURA E ENSINO – Maio/2007 – Vol. II.
- BRASIL LEI 11.645/10 de MARÇO DE 2008.
- BRASIL LDB LEI 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008.
- BRASIL BNCC Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.
- BRASIL LEI DO VENTRE LIVRE PROMULGADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1871 APÓS SER APROVADA NO LEGISLATIVO BRASILEIRO. UMA DAS LEIS ABOLICIONISTAS DECRETADAS AO LONGO DO SÉCULO XIX PARA ABOLIR GRADUALMENTE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL.
- BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Inclusão da história e da cultura afrobrasileira e indígena nos currículos da educação básica e superior: momento histórico ímpar**. UFG, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Antropologia e a crise dos modelos explicativos**. Revista Estudos Avançados, 9(25), 1995. 213-228.
- CLASTRES, Pierre. **O arco e o cesto**. In: **A sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac e Naify, 2013.
- DORNELLES, Soraia Sales. **Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista**, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018.
- ELIAS, Norbert. **Os Alemães - A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- ESTRADA, Manuel Martin Pino. **PANORAMA JURÍDICO DA ESCRAVIDÃO INDÍGENA NO BRASIL**. ARGUMENTA - UENP JACAREZINHO Nº 18 P. 207 – 221 2013.
- FAUSTO, Boris. **HISTÓRIA DO BRASIL História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. Edusp, 1996.
- FERNANDES, Florestan. **Notas sobre a educação tupinambá**. Leituras de Etnologia Brasileira. (ORG.) Egon Shaden, 1976.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ed. LTC, 1989. JÚNIOR, Washington Tourinho. **Imposições negociadas: Poder, Saber e inculcação de Valores do Livro Didático de História – uma análise dos livros adotados pelo PNLD para o Ensino Médio no biênio 2010/2012/–** Assis: Universidade Estadual Paulista, 2015.
- KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticos e propostas**– 6. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Crise Moderna da Antropologia – Courier de l’Unesco**. Ano XIV, nº 11, novembro de 1961. Tradução de Ruth Corrêa Leite Cardoso.
- MACIEL, Maria Eunice de S. **A Eugenia no Brasil**. Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2005. RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro A formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O Espetáculo das Raças cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo – Companhia das Letras, 1993.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo, 2012. SILVA, Dalva Aparecida Marques. **A FORMAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS NOBRASIL.**, Paraná – PDE, 2010.
- SILVA, Maria de Fátima Barbosa. **Livro didático de História: representações do ‘índio’ e**

contribuições para a alteridade. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 151- 168 - 2012 SILVA; SOARES, Maria Aparecida Lima; Rafael Lima Silva. *Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia*. UFRB, 2011.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **O Primeiro Estruturalismo: Método de Pesquisa para as Ciências da Gestão**. RAC, v. 10, n. 2, Abr./Jun. 2006: 137-156. RODRIGUES, Joelza Ester. *História em documento: imagem e texto*. ilustradores Alex Argozino, Rodval Matias e Rigo do Rosário Jr. – 2. Ed. – São Paulo: FTD, 2002,
- 6ª sér. Século V-XVIII – (Coleção: História em documento: imagem e texto)